



Seu País

PF contra PF

LAVA JATO A investigação sobre um grampo ilegal envolve disputa por poder na corporação e a suposta cooptação de agentes federais

POR FABIO SERAPIÃO

AO COMPLETAR um ano e dois meses desde sua primeira fase, realizada em 17 de março de 2014, a Operação Lava Jato enfrenta um momento de turbulência. Não bastasse a primeira derrota no Supremo Tribunal Federal, que soltou oito empreiteiros presos preventivamente, a força-tarefa é acusada de ter instalado um grampo ilegal para ouvir conversas do doleiro Alberto Youssef em sua cela na carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

Embora nenhuma informação colhida com base no suposto grampo tenha sido utilizada nos inquéritos e ações penais, a notícia sobre a existência do equipamento elevou a tensão entre os investigadores e, se confirmada, pode resultar na saída dos atuais delegados da força-tarefa. Os bastidores do caso revelam uma disputa de poder dentro da corporação e apontam para um possível mercado de compra de dossiês e cooptação de agentes federais por empreiteiras cujo objetivo seria criar condições para anular ou ao menos tumultuar os processos conduzidos pelo juiz Sergio Moro.

Os fatos são os narrados a seguir. No dia 10 de abril de 2014, após informação do advogado de Youssef, Antonio Augusto Figueiredo Basto, a PF encontrou na cela do doleiro um equipamento supostamente utilizado como escuta ambien-

tal. De acordo com Basto, o doleiro teria sido informado por outro detento que no dia de sua prisão o agente Rodrigo Prado Pereira entrara na cela para instalar o grampo. Foi instaurada uma sindicância para apurar a possível irregularidade.

A investigação descobriu que o agente Pereira não estava em Curitiba naquela data, mas em missão em Camboriú, no estado de Santa Catarina. Além disso, a perícia no equipamento indicou tratar-se de uma escuta inativa, instalada quando da prisão do traficante Fernandinho Beira-Mar. A versão foi corroborada pelo depoimento do agente Dalmey Fernando Werlang, do setor de inteligência.

Em 22 de setembro, Moro, após analisar o material colhido na sindicância, informou não haver “nenhuma prova de qualquer escuta ambiental”. Explicada,

Dalmey Werlang terá de explicar se mentiu no primeiro ou no segundo depoimento

até então, a situação, a Polícia Federal continuou com suas diligências e, desde então, realizou várias fases da operação. A última delas, na quinta-feira 21, prendeu o operador da Engevix, Milton Pas-cowitch (*quadro à página 27*).

A situação começou a mudar com a chegada do delegado Mário Fanton em Curitiba. Lotado em Bauru, interior de São Paulo, Fanton foi enviado em missão ao Paraná. Logo após sua chegada, começou a procurar os delegados da força-tarefa para falar do seu desejo de participar das investigações sobre a suposta venda de dossiês realizada por integrantes da PF e advogados. O tema apareceu ainda em novembro de 2014, na véspera da fase Juízo Final da Lava Jato. À época, o setor de inteligência da polícia foi informado sobre a possível ocorrência do crime depois de um dossiê, com conversas de delegados em um grupo fechado numa rede social, parar nas mãos de uma repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. O caso passou a ser alvo de uma investigação sigilosa, mas sem gerar mais preocupações. Até o início de maio, quando o cenário mudou.

Em meio à ofensiva das empreiteiras para tentar paralisar as investigações, os delegados da força-tarefa foram informados de que a Corregedoria em Brasília investigava a utilização de grampos ilegais na cela de Youssef e que dois de-





TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág.32

Artigo. Qual a razão
para a PUC de São Paulo
vetar a Cátedra Foucault?



O delegado
Fantoni ouviu o
agente em hotel
de Curitiba



Anselmo, De Paula
e Franco negam
irregularidades



legas quer voltar
ao comando
no Paraná



Seu País

poimentos amparavam a nova sindicância. Um deles era do agente Dalmey Werlang, o mesmo que no ano anterior descartara a utilização do equipamento, e outro do próprio Fanton. Nas declarações, ambos confirmavam a existência da escuta ilegal na cela do doleiro e responsabilizavam o superintendente paranaense da PF, Rosalvo Franco, e os delegados da Lava Jato, Márcio Adriano Anselmo e Igor Romário de Paula, pela ilegalidade da ação.

Uma possível explicação para a mudança na versão de Werlang e para a entrada em cena do delegado Fanton talvez esteja em uma disputa por cargos. O comando da Superintendência da Polícia Federal no Paraná é disputado por dois grupos. De um lado, Franco, o atual superintendente, goza do prestígio angariado pela força-tarefa da Lava Jato para manter-se no cargo por longo período. Do outro, o ex-superintendente José Alberto Iegas, titular até 2013, planeja retornar ao controle após um período no comando do Departamento de Inteligência em Brasília. Os dois não se bicam e Iegas credita ao concorrente a nomeação a cargos de destaque de delegados colocados na geladeira por ele durante sua gestão.

Não bastasse, é conhecida na corporação a estreita relação de amizade entre Iegas e o agente Werlang, principal testemunha contra os delegados da força-tarefa. Apontado como especialista do setor de inteligência, o agente tinha apoio de Iegas para permanecer lotado no cargo no Paraná. Nos corredores da PF, agentes federais fazem questão de lembrar ainda que a ofensiva se deu após o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ter barrado a indicação de Iegas para a Secretaria de Segurança do governo do tucano Beto Richa no Paraná. Além disso, é citado o passado tumultuado do delegado Fanton na corporação. Segundo um agente, Fanton criou problemas do Acre a Criciúma.



Youssef mostra o suposto grampo encontrado em sua cela



Policiais federais venderiam dossiês e informações sigilosas

Em nota, os procuradores da Lava Jato declararam apoio aos colegas da PF. “A população, os mais diversos setores da mídia e o próprio Poder Judiciário saberão separar os fatos, que se espera venham a surgir límpidos e claros das investigações, de outras versões, ingênuas ou até mesmo criminosas, que interesses escusos insistem em propagar.”

A Corregedoria da Polícia Federal deve finalizar a investigação sobre o grampo em no máximo três meses. O computador de Werlang foi lacrado e levado para o Instituto Nacional de Criminalística. O objetivo é saber se os tais grampos foram baixados nele e, com isso, descobrir se ele mentiu no primeiro ou no segundo depoimento – este último, estranhamente, coletado por Fanton em um quarto de hotel em Curitiba.

Enquanto isso, a disputa interna continua e seus desdobramentos trazem tormentas para a Lava Jato. Por sua vez, a investigação da venda de dossiês e informações sigilosas da operação para empreiteiras segue a todo vapor. Até o momento, a PF tem o nome de alguns agentes, policiais e advogados supostamente envolvidos no caso.

“Essa história é antiga e se repete a cada grande operação que chega a grandes grupos de poder. É preciso lembrar a Satiagraha, a Boi Barrica e a Castelo de Areia para saber quem está por trás disso tudo”, afirma um policial federal. Espera-se uma apuração honesta dos fatos, a bem da idoneidade da própria força-tarefa. •

NA 13ª FASE, A LAVA JATO PRENDE O OPERADOR DA ENGEVIX

Suposto elo entre a corrupção na Petrobras e o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, o operador da empreiteira Engevix, Milton Pascowitch, foi preso na manhã da quinta-feira 21 pela Polícia Federal. Detido em sua residência na capital paulista, o lobista é acusado de intermediar o pagamento de propina na Diretoria de Serviços e em contratos do setor de Exploração e Produção da Petrobras. Além de Pascowitch, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na casa de seu irmão, José Adolfo, e de Henry Hoyer de Carvalho, que teria substituído Alberto Youssef na arrecadação de dinheiro do ramo ligado a Paulo Roberto Costa.

Pascowitch foi citado pela primeira vez por Pe-

dro Barusco, ex-gerente de engenharia da estatal. Segundo o delator, o lobista representava os interesses da Engevix e seria responsável pelos pagamentos no Brasil e em contas de sua titularidade no exterior. A quebra de sigilo da empresa de Pascowitch, a Jamp Engenheiros Associados, revelou que ao menos 78 milhões de reais depositados entre 2004 e 2014 vieram da construtora.

No seu despacho que autorizou a prisão, o juiz Sergio Moro afirma que foram apreendidos diversos contratos de consultoria técnica entre a Jamp e a Engevix relacionados a obras da Petrobras. “Há provas, em cognição sumária, de que os contratos seriam total ou parcialmente falsos, pois, além das declarações de Pedro Barus-

co de que recebia propina de Milton Pascowitch, o próprio Gerson Almada, diretor da construtora, declarou que lhe eram repassados valores a título de lobby e não de serviços técnicos.” Em sua edição de número 843, *CartaCapital* revelou que a Jamp destinou valores à consultoria do ex-diretor de Serviços Renato Duque e pagou a construção de dois imóveis comprados por ele.

Em nota, Dirceu refutou qualquer relação do seu trabalho de consultoria com o escândalo da Petrobras. “Conforme já divulgado anteriormente, o contrato com a Jamp Engenharia, assinado em março de 2011, teve o objetivo de prospecção de negócios para a Engevix no exterior, sobretudo no mercado peruano.”



Pascowitch seria o elo entre o escândalo e Dirceu